

História e Literatura em diálogo: a escravidão em Bernardo Guimarães

Marcos Francisco Alves*

Universidade Federal de Goiás

Resumo: No presente artigo, pretendemos discutir como o literato Bernardo Guimarães concebeu a escravidão em suas obras *Uma história de quilombolas* de 1871 e *A Escrava Isaura* de 1875. Depois de uma breve referência ao contexto histórico que presidiu a produção das obras, analisaremos a questão escravista presente nas narrativas do literato. Entendendo a Literatura como um registro de possibilidades de vida, em certo tempo e lugar, considerando o texto e o contexto do autor, e tendo como base a idéia de representação, investigaremos como está representada a temática escravista nas duas obras de Bernardo Guimarães.

Palavras-chave: Bernardo Guimarães, representação, escravidão

History and Literature in dialogue: the slavery in Bernardo Guimaraes

Abstract: In the present article, we aim at discussing how the writer Bernardo Guimaraes there conceived the slavery in his works *A history of the maroon* of 1871 and *A Slave Isaura* of 1875. After a short reference to the historical context that presided over the production of the works, we will analyse the slavish present question in the narratives of the writer. Understanding the Literature like a register of o possibilities of life in a certain time and place, considering the text and the context of the author, and taking the idea of representation as a base, we will investigate as the slavish theme is represented in two works of Bernardo Guimaraes.

Key words: Bernardo Guimaraes, representation, slavery

Literatura é matéria-prima para o historiador. Literatura é a impressão da vida, dos valores, anseios e sentimentos humanos. É uma representação da realidade, um registro de possibilidades de vida dignas de crédito pelo historiador. Com esse valor da Literatura como fonte é que propomos investigar como Bernardo Guimarães

* Mestrando em História pela Universidade Federal de Goiás

representou a temática escravista em suas obras.

Publicada em 1871, *Uma história de quilombolas* nos remonta ao ano 1821. Enquanto ocorre o desenrolar de uma disputa amorosa, o autor realiza uma descrição densa sobre a vida dos quilombolas na província de Minas Gerais. A obra foi publicada em pleno ano de aprovação da Lei do Ventre Livre e não por acaso, trazia como protagonista um mulato livre de nascimento.

Em *A Escrava Isaura*, romance publicado em 1875, somos levados a 1840, ano em que uma escrava aparentemente branca, deslumbrante de beleza, de nome Isaura lutava contra os desejos libidinosos de seu algoz. Escrito em plena campanha pela abolição da escravatura, o romance nascia com a pretensão de sensibilizar o público com o drama de Isaura, que tanto sonhava em receber a liberdade.

Pelas obras vemos o quanto o contexto histórico determinou o texto de Bernardo Guimarães. Dessa forma, ao compor suas obras, o autor acabava por nos dar um testemunho relevante tanto de seu tempo como do tempo representado nas obras. Agora que vimos o contexto que determinou o tema central das obras, analisaremos o texto de Bernardo Guimarães e como está representado o tema escravista em suas obras.

Uma história de quilombolas: um drama de cores

“Branco, mulato e negro: a cor das personagens é muito enfatizada, por recursos vários, o que faz de *Uma história de quilombolas* um drama de cores”. Assim define o crítico Hélio de Seixas Guimarães a obra de Bernardo Guimarães. (2006, p. 24). O triângulo amoroso formado por Florinda, Anselmo e Mateus é todo mulato e um quarto personagem, que é negro, vêm desestruturar e mesmo por fim a esse triângulo. Estamos falando de Zambi Cassange, líder do quilombo. E no final aparece o governador mineiro D. Manuel de Portugal e Castro (branco).

Minas Gerais, 1821. Nos arredores de Vila Rica, havia o quilombo do famoso chefe Zambi Cassange, para onde o mulato Mateus fugiu, depois de levar uma surra de seu senhor pelos ciúmes que tinha de Anselmo por Florinda. Mateus rapta Florinda e a leva para o quilombo, Anselmo vai atrás. Lá, Anselmo e Florinda são mantidos como prisioneiros. Florinda despertou paixão também em Zambi Cassange, cuja companheira, Maria Conga, ficou enfurecida. Anselmo foge do quilombo e o denuncia ao governador D. Manuel de Portugal e Castro. Explode uma rebelião no quilombo, pois alguns quilombolas, como Mateus, estavam insatisfeitos com Zambi, sobretudo por recusar-se a lhe entregar Florinda. Enquanto isso, chega Anselmo e a milícia imperial, e no fim das

contas, Maria Conga morre enforcada no próprio quilombo, Zambi é apreendido, Mateus é enforcado em praça pública de Vila Rica, Anselmo e Florinda se casam apadrinhados pelo governador mineiro.

A linguagem de Bernardo Guimarães é bem regionalista e coloca na fala de seus personagens típicas palavras sertanejas como *jirau*, *pito*, *chibante*, *capixaba*, *pachola*, *furna*, *chumbado*, *matreiro*, *tipóia*, *bocaina*, *choça*, *tarimba*, *forquilhas*, entre outras. Mas sem dúvida, o que mais chama a atenção são os termos de origem africana, já que se trata de personagens escravos. Assim, vários vocábulos de línguas africanas, sobretudo do quimbundo e do quicongo, fazem certamente sua estréia na prosa de ficção brasileira: *malungo*, *sambanga*, *elequara*, *mandinga*, *mondiá*, *caborje*, *pango*, *candongá*, *quizila*, *banzar*, *capiangar*, *ocaia*, etc.

Dos nomes dos personagens, dois nos chamam atenção: Joaquim Cassange e Maria Conga. Os escravos recebiam um nome cristão e o sobrenome correspondia não à nação a que pertenciam, mas ao porto de embarque. Era uma forma dos colonizadores classificarem os escravos traficados, além do mais, foram eles que os dividiram em nações, pois entre os africanos não havia a idéia de nação. (SOUZA, 2002, p. 140). Assim, o nome Maria Conga significa que a escrava não era necessariamente da nação conga, mas sim que havia sido embarcada no porto do Congo. A Maria Conga do romance já é nascida no Brasil, mas o autor fez questão de lhe nomear com esse nome tão significativo. O mesmo se diz em relação a Joaquim Cassange, que, além disso, era conhecido como Zambi Cassange, pois todo líder quilombola era chamado de “zambi” ou “zumbi”.

A religiosidade africana, considerada pelos brancos como feitiçaria, também é ressaltada na obra de Bernardo Guimarães quando Zambi Cassange aceita Mateus em seu quilombo, mas para isso, teve de fazer um juramento de sangue:

Pai Simão abriu-lhe com a ponta da faca uma leve incisão no peito esquerdo, tirou algumas gotas de sangue, que recolheu em um pequeno saquitel de couro envolto com outros objetos de feitiçaria africana, e depois de bem cozido, o dito saquitel ou caborje foi pendurado por um cordão ao pescoço do cabra. O juramento consistia em horríveis palavras cabalísticas em língua africana, e do qual a tradição não nos deixou a fórmula. (GUIMARÃES, B., 2006, p. 14).

Os escravos, ao mesmo tempo em que fazem tais cerimônias de “feitiçaria”, evocam o nome de Cristo e o de Nossa Senhora do Rosário, tanto em momentos de louvação quanto em momentos de aflição, como nos seguintes:

- Entra, malungo, com **Deus** e **Nossa Senhora do Rosário**. [...]
- Por esta **Nossa Senhora do Rosário**, disse a negra beijando a imagem de seu rosário de ouro.[...]
- Esse moço é inocente, continuou Cassange a bradar, foi **Deus** e **Nossa Senhora do Rosário** que me

trouxe aqui agora para não deixar correr sangue inocente, não é assim, meus parceiros? [...] (GUIMARÃES, B., 2006, grifos meus).

Tal devoção a Nossa Senhora do Rosário é comprovada pela historiografia. Marina de Mello e Souza comenta a lenda que deu origem a tal apego dos escravos pela santa. A lenda conta que a imagem de Nossa Senhora do Rosário aparecia a vários grupos sociais, (brancos, caboclos e outros), todos levavam a imagem para o altar construído para ela, mas a imagem voltava para as águas, e os únicos que conseguiram mantê-la no altar foram os negros. A partir daí, os escravos passaram a remontar à santa com devoção, diziam que ela os tinha escolhidos por serem pobres, humildes e espontâneos na forma de adoração. “Enviada de Deus, a santa só aderiu integralmente aos negros, que foram, portanto, os escolhidos para disseminar a sua palavra”. (SOUZA, 2002, p. 310).

A historiografia confirma essa relação entre preceitos cristãos e religiões africanas, mas há uma divergência se isso constituiu sincretismo ou não. Arthur Ramos, por exemplo, nos seus primeiros estudos, achava que o sincretismo era uma troca harmoniosa e sem dominação, mas depois concluiu que houve dominação, porém não tão intensa. (1942, citado por FERRETI, 2001). Roger Bastide fala em pureza e não em mistura (sincretismo), e se houve troca, o termo correto é reinterpretação e não sincretismo. (1985, citado por FERRETI, 2001). A historiografia contemporânea não considera que houve sincretismo, mas sim que a religiosidade africana se manteve sob o manto do catolicismo.

Bernardo Guimarães descreve o herói Anselmo, que era escravo liberto da seguinte forma: “Posto que de tez clara, todavia pela aspereza de seus cabelos negros e crespos, se conhecia claramente que tinha nas veias sangue africano”. (GUIMARÃES, B., 2006, p. 15). Ou seja, era um verdadeiro mulato, uma mistura de branco (tez clara) com negro (cabelos negros e crespos). E por ter sangue africano, reivindica sua identidade com os autênticos negros, é assim que quando chega ao quilombo de Zambi declara que não havia de lhes fazer nenhum mal, pois partilha com eles uma identidade comum: “Eu também tenho sangue da África nas veias, e minha mãe penou no cativo”. (GUIMARÃES, B., 2006, p. 22).

Quanto à Florinda, as descrições nos revelam uma autêntica mulata, que segundo Hélio de Seixas Guimarães, era um rascunho de Isaura, de *A Escrava Isaura*. Bernardo Guimarães descreve que Florinda “tinha esse **donaire voluptuoso**, essas **curvas moles e graciosas**, que são próprias das **mulatas**”. (GUIMARÃES, B., 2006, p. 26, grifos meus). Maria Conga é descrita como “uma **preta curta e gorda**, com a figura de um **odre**” (GUIMARÃES, B., 2006, p.30, grifos meus). E Zambi é descrito como “um negro colossal e vigoroso”

(GUIMARÃES, B., 2006, p.13).

Enquanto isso, Mateus é descrito como “um cabra ainda muito novo, bem feito, bonito e reforçado, porém de má catadura”. (GUIMARÃES, B., 2006, p.10). Quando Mateus chega ao quilombo, o chefe Zambi Cassange se refere a ele no seguinte tom: “Não tenho muita fé em gente desta cor”. (GUIMARÃES, B., 2006, p.13). Ou seja, Bernardo Guimarães, ao se referir a Mateus como de “má catadura” e colocar aquela frase na boca de Zambi, demonstrava seu preconceito inconsciente pelos mulatos. Mulher mulata despertava apetites sexuais, homem mulato não prestava. É assim que ao chegar ao quilombo, Florinda despertara paixão em Zambi Cassange:

A encantadora e voluptuosa figura de Florinda tinha-lhe feito viva impressão no coração e lhe acendera o sangue africano em apetites libidinosos. A idéia de gozá-la, de tomá-la para sua ocaia¹, lhe sorriera espontaneamente no espírito, e se lhe apresentara como coisa fácil. (GUIMARÃES, B., 2006, p. 37).

Em outra passagem, quando os três mulatos já estão no quilombo, Maria Conga diz a Zambi Cassange: “- Olha, pai Zambi, essa gente de cor é gente amaldiçoada; onde eles vão, trazem mau azar, e entra muita candonga² e muito barulho”. (GUIMARÃES, B., 2006, p. 37). Ou seja, havia preconceito contra os três mulatos por parte dos negros, embora as piores descrições sobre os mulatos recaiam sobre Mateus.

Sobre o personagem Anselmo, que era um escravo liberto, o autor não nos informa como veio sua alforria, apenas diz através de Florinda sua condição. Em conversa com Maria Conga, que lhe pergunta se Anselmo era cativo, Florinda responde que não, “[...] a mãe dele é que era escrava de um irmão de meu senhor. Ele mesmo foi forro na pia”. (GUIMARÃES, B., 2006, p. 43). A expressão “forro na pia”, significa tornado livre no nascimento, e era bastante difundida no século XIX. Consistia num “sistema em que a criança conseguia a alforria por intervenção do pai biológico ou de um padrinho, que oferecia a soma para a compra da liberdade”.(MOURA, 2004 citado por GUIMARÃES, H., 2006, p. 25). O autor não nos informa como veio a alforria de Anselmo, se do pai ou de um padrinho, mas é impossível não ver isso como uma alegoria do que se passava naquele momento. Na época em que a história se passa (1821), é lógico que não havia uma lei como a de 1871, mas havia a concessão de liberdade por uma iniciativa privada. Em 1871, isso se tornou uma questão pública e nesse mesmo ano, Bernardo Guimarães publicara sua obra protagonizada por um herói mulato, livre de nascimento, cujo final feliz se tornava uma alusão de que a lei de 1871 prometia um futuro melhor aos ingênuos amparados pela lei.

O triângulo amoroso formado pelos mulatos Anselmo, Florinda e Mateus, tem para além de uma aparente

¹ Ocaia em quimbundo significa amante, amásia.

² Candonga, também em quimbundo, significa discórdia, traição.

disputa amorosa, um significado social, pois “se tornam os elementos perturbadores do equilíbrio instável estabelecido entre o mundo dos negros, representado pelos quilombos, e o dos brancos, encarnado na figura um tanto patética do governador-geral D. Manuel de Portugal e Castro”. (GUIMARÃES, H., 2006, p. 25).

Ressaltando tão bem as cores dos personagens, Bernardo Guimarães fazia uma obra original, protagonizada por mestiços, os quais intercederam nas relações entre negros e brancos. “[...] a mistura de raças aparece como algo positivo, e o futuro pertence aos mulatos... ainda que sejam mulatos embranquecidos”. (GUIMARÃES, H., 2006, p. 31). Um drama de cores tão bem articulado, que os negros e os mulatos não aparecem apenas como demonizados e estereotipados, mas carregados de valores simbólicos, com uma cultura que lhes era própria. Vemos imagens de religiosidade africana em meio ao catolicismo dos brancos, linguagem sertaneja e africana, descrições minuciosas dos quilombolas e claro, a questão étnica dos personagens, o que faz *Uma história de quilombolas* nos abrir um leque de possibilidades de leitura da questão escravista, um verdadeiro testemunho histórico dos tempos de 1821, em que a história se passa.

A Escrava Isaura: a saga da heroína branca

Romance publicado em 1875, *A Escrava Isaura* remonta aos anos 1840, “nos primeiros anos do reinado do Sr. Pedro II”. A história se passa numa fazenda do município de Campos de Goitacases (RJ), a pouca distância da Vila de Campos. É a história de Isaura, uma escrava aparentemente branca, filha de branco (Sr. Miguel, ex-feitor da fazenda) e de negra (a escrava Juliana). Sua mãe havia sido explorada sexualmente pelo comendador Almeida, pai de Leôncio. Com a morte de sua mãe e a expulsão de seu pai da fazenda, Isaura é criada pela esposa do comendador, que lhe dá uma esmerada educação, mas continua escrava. Com a morte de Almeida e sua esposa, a herança, incluindo os escravos, como Isaura, passa para as mãos de seu filho Leôncio. Leôncio era casado com Malvina, mas persegue a pobre Isaura com desejos libidinosos. O pai de Isaura tenta comprá-la, mas Leôncio se recusa, e então, foge com sua filha para Recife. Lá Isaura encontra seu verdadeiro amor, o jovem Álvaro. Mas durante um baile, é descoberta como escrava fugida e acaba voltando à fazenda de Leôncio. Pelas pressões de Malvina e para castigar Isaura, que insistia em não satisfazer seus desejos carnavais, Leôncio dá-lhe liberdade, mas em troca teria que se casar com Belchior, o jardineiro disforme da fazenda. Mas no dia do casamento, ocorre o inesperado: Álvaro viera do Recife até à Corte, descobrira a ruína de Leôncio, comprara as dívidas de seus

credores e se apossara de todos os seus bens, inclusive dos escravos e, portanto, Isaura pertenceria-lhe por direito. Leôncio, transtornado, se suicida. Álvaro e Isaura, agora livre, puderam então viver seu grande amor.

A semelhança de Isaura com a Florinda de *Uma história de quilombolas* é visível. Quatro anos antes, Florinda já era um esboço do que viria a ser Isaura. Assim como Florinda preferia a morte a se entregar a Zambi Cassange, Isaura também prefere a morte a se entregar a Leôncio. Mas enquanto Florinda é descrita fisicamente como uma verdadeira mulata, Isaura é descrita como branca, embora seja uma mulata, por ser filha de branco e negro, mas aparentemente ela é branca e Bernardo Guimarães faz questão de ressaltar sua brancura, como no trecho em que Malvina diz à Isaura: “És formosa, e tens uma cor linda, que ninguém dirá que gira em tuas veias uma só gota de sangue africano”. (GUIMARÃES, 2005, p. 20). E no trecho seguinte em que o narrador nos diz:

A tez é como o marfim do teclado, alva que não deslumbra, embaçada por uma **nuança delicada**, que não sabereis dizer se é **leve palidez** ou **cor-de-rosa desmaiada**. [...] Na fronte calma e lisa como mármore polido, a luz do ocaso esbatia um róseo e suave reflexo; di-la-íeis misteriosa lâmpada de alabastro guardando no seio diáfano o fogo celeste da inspiração. (GUIMARÃES, 2005, p. 19, grifos meus)..

Mas Isaura não só é branca aparentemente como se tornou branca intelectualmente. Foi criada como uma filha pela esposa do comendador, que lhe proporcionou uma esmerada educação. “Deram-te uma educação, como não tiveram muitas ricas e ilustres damas, que eu conheço”, (GUIMARÃES, 2005, p. 20), dizia Malvina à Isaura. Isaura se tornou uma verdadeira branca, aprendeu a ler e a escrever, a rezar, a tocar piano, teve aulas de música, dança, italiano, francês, desenho, carregava uma pequena cruz no pescoço, o que mostrava ser católica, ou seja, se branqueou.

Para os que reconhecem Isaura como branca, como as pessoas do baile em Recife, que não sabem que ela é filha de pai branco e mãe negra e, portanto, uma mulata, ela se mostra como uma verdadeira dama, digna de respeito. Para os que sabem sua mulatice, como Leôncio, isso se transforma em símbolo sexual. Sua mulatice não-aparente é contraposta por Bernardo Guimarães à mulatice física da escrava Rosa, a qual é tratada como invejosa e perversa.

Ainda que apareça com essa perversidade, Rosa é bem lembrada no romance, o que não ocorre com outras escravas que aparecem apenas trabalhando, sem características peculiares. Aparecem no capítulo sete do romance, num grande salão destinado ao seu trabalho, onde fiavam e teciam lã e algodão. “Eram de vinte a trinta negras,

crioulas e mulatas, com suas tenras crias ao colo ou pelo chão a brincarem em redor delas”.

(GUIMARÃES, 2005, p. 49). Temos “desde a velha africana, trombuda e macilenta, até a roliça e luzidia crioula, desde a negra brunida com azeviche até a mulata quase branca”. (GUIMARÃES, 2005, p. 49).

Enquanto as cativas negras só serviam para trabalhar, as mulatas como Isaura e Rosa despertavam desejos sexuais e as brancas, como Malvina, serviam para casar, o que fica evidente a semelhança com o famoso ditado popular: “branca para casar, mulata para f..., negra para trabalhar”. Esse ditado é citado por Gilberto Freyre em *Casa Grande & Senzala*, quando comenta a preferência nacional pelas mulatas, já que o gosto de casar com a mulher branca era uma repercussão das influências externas. (FREYRE, 1999, p. 10).

Bernardo Guimarães mostrou isso claramente em sua obra: Leôncio se casou com Malvina (branca), mantinha desejos libidinosos pelas mulatas Rosa e Isaura (a primeira cedeu aos encantos, a segunda não), e repudiava as negras da fazenda, como tia Joaquina, que só serviam mesmo para trabalhar. Com as mulatas, era um simples desejo sexual que quando saciado, acabava. Assim é que ao se fatigar de Rosa, Leôncio se lançou à Isaura, a qual resistiu até o fim.

Leôncio, como muitos senhores, casou-se com uma branca, condição necessária para a reputação de um chefe de família, mas não via problema algum em ter aventuras amorosas com escravas. O adultério era condenável, mas aventuras amorosas com escravas, sejam negras ou mulatas, se tornou uma prática comum e não gerava o crime de adultério. Daí Leôncio manter aventuras sexuais com Rosa e tentar fazer o mesmo com Isaura. Leôncio, consciente de que Isaura era sua propriedade, podia dispô-la como bem entendesse: “[...] Lembra-te, escrava ingrata e rebelde, que em corpo e alma me pertences, a mim e a mais ninguém” (GUIMARÃES, 2005, p. 65). Como era sua propriedade, Leôncio queria saciar os desejos libidinosos que mantinha por Isaura, a qual se recusava e preferia morrer a se entregar a ele. Há, pois um conflito entre o direito positivo, criado pelos homens, o qual garantia a Leôncio o direito de dispor de seus bens como bem quisesse e o direito natural, que preconizava a liberdade individual, na qual Isaura se fundamentava para não ser obrigada, contra sua vontade, a se entregar a Leôncio.

O pai de Isaura, ex-feitor da fazenda, foge dos padrões da época. O português Miguel era um homem cordial, de bom coração, inclusive quanto aos escravos. “[...] não tinha as entranhas tão empedernidas como seu patrão, seduzido pelos encantos da mulata, em vez de trabalho e surras, só lhe dava carícias e presentes [...]” (GUIMARÃES, 2005, p. 26). Bernardo Guimarães está se referindo ao fato de que o comendador Almeida, seduzido pelos encantos de Juliana (mãe de Isaura), a obrigava a saciar seus desejos carniais, enquanto Miguel, seu

feitor, tratava-a com muito carinho e amor e foi desse amor que nasceu Isaura.

Mas o atual feitor da fazenda era um carrasco sem igual, fato muito ressaltado pela historiografia, do qual Bernardo Guimarães nos dá um testemunho importante:

O feitor é o ente mais detestado entre os escravos; um carrasco não carrega com tantos ódios. É abominado mais do que o senhor cruel, que o muniu do azorrague desapiedado para açoitá-los e acabrunhá-los de trabalhos. É assim que o paciente se esquece do juiz que lavrou a sentença para revoltar-se contra o algoz que a executa. (GUIMARÃES, 2005, p. 53).

Em *A Escrava Isaura*, Bernardo Guimarães, talvez implicitamente, acabava por mostrar que a escravidão é injusta apenas para um ente tão excepcional como Isaura, que por ser branca, bela e culta não mereceria a condição de cativa. Mas para os escravos negros, feios e iletrados, a escravidão lhes caía bem. Tirando Isaura, nenhum dos outros escravos, como Rosa, André ou tia Joaquina são redimidos, não mereciam a liberdade, parece dizer o autor. “Não é a escravidão dos pretos feios e burros que é errada: errado é escravizar a pobre Isaurinha, tão linda, tão culta, tão alva”. (CASTRO, www.sobresites.com, s.p.).

O vilão da história não era a escravidão, mas a intemperança sexual de Leôncio, por isso, o sistema escravista terminou o romance tão intacto quanto começou. Mas se Bernardo Guimarães tivesse retratado as injustiças do sistema escravista e colocado uma negra como protagonista, a obra não teria feito sucesso, não teria conquistado o público escravocrata do século XIX e não seria lembrada até hoje. O público a aceitou porque ela era branca e educada e, assim não merecia a condição de escrava. Mesmo assim a obra nos dá um testemunho simbólico da década de 1840, em que a história se passa, por representar mesmo de forma figurada, os tempos hediondos da escravidão.

O quilombo na ficção bernardiana

Em *Uma história de quilombolas* Bernardo Guimarães trabalha a questão do quilombo, as suas estratégias de defesa, suas relações com outros grupos sociais e as suas práticas culturais. Segundo o historiador Flávio dos Santos Gomes, a obra nos "oferece ferramentas metodológicas para abordamos as histórias dos quilombos no Brasil." (2006, p. 8). Logo no início da narrativa, Bernardo Guimarães traça um mapa da distribuição dos quilombos na província de Minas Gerais:

Naqueles tempos, na província de Minas, desde a serra da Mantiqueira até os confins dos terrenos diamantinos, era uma série de quilombos, que eram o flagelo dos tropeiros e dos caminhantes, e o terror dos fazendeiros. As milícias e os capitães-do-mato do governador, a despeito dos esforços que empregavam, eram impotentes para dar cabo deles. Eram como formigueiros; se aqui extinguiu-se um, acolá organizava-se outro com os restos daquele e com uma chusma de outros negros, que incessantemente fugiam a seus senhores certos de achar agasalho e vida regalada nos covis de seus parceiros quilombolas. (GUIMARÃES, B., 2006, p. 10).

Feita uma distribuição geral dos quilombos mineiros, ele traça a localização do quilombo encenado na obra: o quilombo de Zambi Cassange. O quilombo, como era de praxe, ficava em um local de difícil acesso, a quatro léguas de Ouro Preto, perto da serra da Itatiaia, “em um vasto grotão sombrio e profundo, coberto de espessíssima floresta”. (GUIMARÃES, B., 2006, p. 11). A dificuldade de acesso, por uma questão óbvia, era para serem mais difíceis de serem descobertos, e a historiografia confirma esse fato. Flávio dos Santos Gomes explica que “os quilombos mineiros situavam-se próximos a locais íngremes onde podiam colocar vigias para avisar seus habitantes de qualquer movimentação de tropas enviadas para destruí-los”. (1996, p. 129). Daí que os quilombos ficavam em pontos estratégicos, próximos a estradas e ao mesmo tempo, situados em locais de difícil acesso.

Na entrada do quilombo de Cassange, ficavam sempre alguns quilombolas a vigiar o local e os quilombolas tramavam emboscadas, como foi o caso de Anselmo, que quando se aproximava do quilombo, foi aprisionado, fato muito comum em documentos históricos, que citam as várias emboscadas e armadilhas preparadas pelos quilombolas no interior das florestas. (GOMES, 1996, p. 127). A historiografia também cita que era comum a prática de abandonar o quilombo rapidamente, caso fosse descoberto pelas autoridades, fato que se dá em *Uma história de quilombolas*, quando Anselmo e a milícia enviada por D. Manuel invadem o quilombo e o chefe e alguns quilombolas fogem.

Bernardo Guimarães descreve que "suas habitações eram pequenas, cobertas de capim, encostadas aos rochedos ou amarradas aos troncos das árvores, disseminadas em desordem aqui e ali" [...]. (GUIMARÃES, B., 2006, p. 11). Suas moradias eram distribuídas aleatoriamente, mas a casa do chefe Cassange ficava separada dos demais, e isso é um fato reconhecido: quando a casa de um chefe quilombola não era separada, era no centro. (GOMES, 1996, p. 117). Bernardo Guimarães faz questão de ressaltar isso: “Encostada à penedia, que fechava o recinto do quilombo, havia uma coberta mais vasta, aberta como as outras, mas rodeada de um tosco parapeito: era a cabana de Zambi”. (GUIMARÃES, B., 2006, p. 12).

Mas a maior inovação do romance de Bernardo Guimarães foi mostrar os quilombolas de forma humanizada, como disse Flávio dos Santos Gomes. Salvo alguns estereótipos aqui e ali, o autor nos mostrou os

quilombolas como sujeitos históricos com cultura e lógica de vida próprias. No trecho seguinte, isso se torna claro ao retratar os quilombolas como sujeitos com normas próprias, inclusive quanto às mulheres: “[...] a respeito de mulheres havia leis mui terminantes, próprias para reprimir excessos e devassidões, que em todas as sociedades são sempre um princípio de desorganização”. (GUIMARÃES, B., 2006, p. 38). Mas dentro do quilombo havia outras regras, que o tornava um verdadeiro mosteiro, como disse Bernardo Guimarães:

[...] Também não permitia, senão com muita reserva, as danças e folguedos, e coibia severamente o abuso do vinho e da aguardente. Assim aquele quilombo era uma espécie de mosteiro no meio das brenhas, onde, no meio dos trabalhos de uma vida áspera e fragueira, se mantinha a mais severa disciplina, e se desconheciam os regalos e prazeres que o amenizam. (GUIMARÃES, B., 2006, p. 51).

Bernardo Guimarães define o quilombo de Zambi Cassange como uma “espécie de mosteiro”, ou seja, um local fechado e recluso? Ou um mosteiro, no sentido que ali havia leis rigorosas? A segunda proposição parece ser a mais correta, pois, o quilombo não era um local fechado do mundo, pois havia mais comunicação entre quilombos e com o mundo dos que permaneciam escravos do que se imaginava até há pouco tempo quando a historiografia se debruçou sobre o assunto.

Surgiram no Brasil duas correntes historiográficas que explicavam o aquilombamento dos escravos. A corrente culturalista de 1930, e a corrente materialista de 1960. Tanto a corrente materialista como a culturalista entendiam que os escravos, ao se aquilombarem, não eram sujeitos históricos, e que o quilombo estava fora da sociedade escravista, pois esta coisificava o escravo e só no quilombo poderiam resistir (culturalmente e materialmente) à dominação. (GOMES, 2006, p. 19). Mas vimos, pela obra de Bernardo Guimarães, que não era bem assim, pois os quilombolas liderados por Zambi Cassange preocupavam o governador D. Manuel e, portanto, estavam inseridos no sistema, principalmente pelo medo de aliciarem novos escravos. E não eram sujeitos históricos? O que dizer do sistema de normas criado por Zambi para seu quilombo, das suas formas de organização militar, da sua religiosidade, enfim das práticas culturais que lhes eram próprias?

Os quilombolas, tal como retratados no romance de Bernardo Guimarães, eram sim sujeitos históricos e, enquanto sujeitos históricos, recriaram um mundo novo dentro dos variados mundos da escravidão. Por isso, no final dos anos 1980, uma nova corrente historiográfica surge, mostrando que o quilombo era uma forma de reorganizar a vida, a família, a sociedade e a cultura. Essa nova historiografia vai tentar recuperar o cativo como sujeito histórico, devolvendo-lhe a consciência histórica, mostrando seus valores a partir de sua própria cultura. Dentro dessa nova historiografia está Flávio dos Santos Gomes, que não por acaso, citou a relevância do romance

de Bernardo Guimarães em sua obra "Histórias de quilombolas".

Uma das inovações da obra de Bernardo Guimarães foi mostrar que o mundo dos quilombolas não era uma realidade isolada, pois o mundo ilegal dos quilombolas estava interligado à sociedade legalizada. Tal fato fica evidente no seguinte trecho, em que o senhor dos escravos Mateus e Florinda, depois de contar a Anselmo que Mateus e outros quilombolas haviam raptado Florinda, diz que vai denunciar o quilombo ao Sr. Governador, pedindo-lhe auxílio e providências para destruir os quilombolas, ao que replica Anselmo :

É tempo perdido, senhor capitão. Há muita gente graúda que capeia esses malditos e se enriquece por meio deles. Não falta quem os avise, e nunca podem ser agarrados. Se nós mesmos não fizermos diligências e nos fiarmos no governo de Vila Rica, estamos aviados. (GUIMARÃES, B., 2006, p. 18).

Bernardo Guimarães mostra que os quilombolas mantinham acordos com outros grupos sociais, que os acobertavam. Segundo Flávio dos Santos Gomes, esses outros grupos sociais eram formados por taberneiros, indígenas, criminosos brancos, escravos, mineradores, entre outros. (1996, p. 124). Esses permanentes contatos, sobretudo com os escravos, preocupavam sobremaneira as autoridades, afinal podiam aliciá-los para o quilombo. Mas havia também pessoas da alta sociedade envolvidas com os quilombolas, os quais Bernardo Guimarães também faz questão de citar: “Os quilombolas tinham de feito intermediários que especulavam com eles, e por meio dos quais faziam grandes transações de compra e venda, e esses intermediários, não poucas vezes, eram pessoas que gozavam de vantajosa posição na sociedade.” (GUIMARÃES, B., 2006, p. 83).

Para além dos quilombolas não estarem isolados, eles ainda mantinham relações com vários grupos sociais, inclusive com pessoas da alta sociedade. Eram uma verdadeira sociedade com normas sociais, aspectos culturais e econômicos próprios. Viviam da agricultura, da mineração e do roubo. (GOMES, 1996, p. 124). Este último aspecto é bem lembrado no romance de Bernardo Guimarães, quando Zambi Cassange ordena aos seus quilombolas: “Nosso vinho está acabando, carne e toucinho também, e a despensa está precisando de sortimento. É preciso que vocês todos, hoje, vão para a estrada ver se fazem alguma colheita.” (GUIMARÃES, B., 2006, p. 75). Ou seja, a “colheita” era feita nas estradas, quando os quilombolas saqueavam caravanas de viajantes e taberneiros em busca de tais mantimentos.

O quilombo era uma verdadeira fortaleza no meio da floresta, o de Zambi Cassange não deixa por menos. Um mundo interligado com o mundo legalizado dos brancos, o que fica claro no romance. E mais, “os variados mundos criados pelos aquilombados acabaram por transformar profundamente a vida e, conseqüentemente, o

mundo daqueles que permaneciam escravos”. (GOMES, 2006, p. 313). Assim é que os quilombolas acabaram por mudar a vida dos escravos Mateus e Florinda. Mas Bernardo Guimarães também faz questão de ressaltar a correspondência entre um quilombo com outro, assim é que ocorre entre o quilombo chefiado por Zambi Cassange e o chefiado por João Cara-seca: "Os dois chefes se correspondiam freqüentemente, e davam aviso um ao outro de qualquer ocorrência que os pudesse interessar." (GUIMARÃES, B., 2006 p. 79).

Os quilombos de Zambi Cassange e João Cara-seca não só mantinham relações, como dividiram o lugar de suas depredações e se ajudavam em qualquer aperto. É por isso que quando Cassange percebeu a rebelião que se daria no quilombo, pediu o auxílio de Cara-seca, que mandou-lhe alguns de seus quilombolas. Em outro momento, o autor reforça a correspondência dos dois chefes quilombolas e as suas relações com outros grupos sociais:

Cassange e Cara-seca eram o terror das imediações de Ouro Preto havia perto de vinte anos, em um raio de cinco a seis léguas em redor. Não havia segurança alguma para os viandantes e tropeiros; o roubo nas estradas e a pilhagem nas fazendas eram quotidianos. Em vão os capitães-do-mato traziam quase todos os dias, metida em um saco, a cabeça de um quilombola, e recebiam por cada cabeça cinquenta oitavas de ouro; em vão as milícias e os apenados batiam aqui ou ali um quilombo; acolá ressurgia outro mais forte e numeroso, e a pilhagem e o roubo continuavam sempre cada vez com mais audácia e mais freqüência. Chegou o negócio a ponto que alguns donos de tropa e fazendeiros, vendo a impotência do governo para protegê-los, estipulavam com os chefes de quilombo, obrigando-se a pagar-lhes uma certa contribuição, para que os não incomodassem. (GUIMARÃES, B., 2006, p. 97).

Dessa forma, havia muita ligação entre quilombolas distintos, bem como com a sociedade dos brancos. Este último fato, que só recentemente a historiografia comprovou, Bernardo Guimarães, ainda em 1871 já mostrava, daí a importância da obra como testemunho histórico. Uma obra original, protagonizada por mestiços, ambientada num quilombo, que mostra os quilombolas tal como a nova historiografia da escravidão mostra: sujeitos históricos com cultura e lógica de vida próprias.

Sinais da abolição em *A Escrava Isaura*

Escrita em plena campanha abolicionista (1874) e ambientada na década de 1840, a obra *A Escrava Isaura* nos dá bem sutilmente, um testemunho em torno da questão abolicionista. O autor coloca na fala de personagens como Álvaro e Dr. Geraldo, algumas frases abolicionistas, comentários sobre o regime da escravidão, mas de forma bem sutil, justamente para não afastar o público escravocrata do século XIX. Assim, Bernardo Guimarães

nos deixa alguns sinais, vestígios, em torno da abolição, como no seguinte trecho em que o abolicionista Álvaro diz:

- A escravidão em si mesma já é uma indignidade, uma úlcera hedionda na face da nação, que a tolera e protege. Por minha parte, nenhum motivo enxergo para levar a esse ponto o respeito por um preconceito absurdo, resultante de um abuso, que nos desonra aos olhos do mundo civilizado. Seja eu embora o primeiro a dar esse nobre exemplo, que talvez será imitado. Sirva ele ao menos de um protesto enérgico e solene contra uma bárbara e vergonhosa instituição. (GUIMARÃES, 2005, p. 110).

Álvaro se refere ao “nobre exemplo”, o fato de querer libertar Isaura dessa “úlcera hedionda” que é a escravidão. O “preconceito absurdo” talvez se refira ao fato de se escravizar o semelhante, só por ser negro, “resultante de um abuso”, ou seja, pela simples distinção de cor, retirar um ente de sua terra em outro continente, como se fosse uma coisa qualquer para explorá-lo em um novo continente. Isso era uma “desonra aos olhos do mundo civilizado”, pois desde o final do século das luzes (XVIII), se pregava a liberdade. No Brasil ainda subsistia a escravidão, essa “bárbara e vergonhosa instituição”. O Brasil foi o último país a proclamar a abolição, já que para entrar na civilização, na modernidade, essa “úlcera hedionda” devia ser curada antes de se entrar no século XX, era do progresso e, assim, em 1888 extingue-se a escravidão. Álvaro repudiava totalmente essa instituição, por isso libertara Isaura para servir de exemplo, mas antes disso já tomara providências com os escravos da fazenda que herdara de seus pais:

Consistindo em escravos uma não pequena porção da herança de seus pais, tratou logo de emancipá-los todos. Como porém Álvaro tinha um espírito nimamente filantrópico, conhecendo quanto é perigoso passar bruscamente do estado de absoluta submissão para o gozo da plena liberdade, organizou para os seus libertos em uma de suas fazendas uma espécie de colônia, cuja direção confiou a um probo e zeloso administrador. Desta medida podiam resultar grandes vantagens para os libertos, para a sociedade, e para o próprio Álvaro. A fazenda lhes era dada para cultivar, a título de arrendamento, e eles sujeitando-se a uma espécie de disciplina comum, não só preservavam-se de entregar-se à ociosidade, ao vício e ao crime, tinham segura a subsistência e podiam adquirir algum pecúlio, como também poderiam indenizar a Álvaro o sacrifício que fizera com a sua emancipação. (GUIMARÃES, 2005, p. 75-76).

Álvaro tinha consciência de que pouco adiantava libertar os escravos, se não lhes dessem instrução e um ofício para viver. Liberdade era bom, mas devia-se dar condições de viver em liberdade. Joaquim Nabuco também atentava para tal questão, explicando que “é preciso mais do que a cessação do sofrimento, ou da inflição do cativo, para converter o escravo e o senhor em homens animados de espírito de tolerância, de adesão aos princípios de justiça” [...]. (2000, p. 143). Só a liberdade não deixaria o escravo se tornar um cidadão de um país livre. O abolicionista Joaquim Nabuco explicava que “eles [escravos] precisam, não somente de trabalho, certo e

permanente, que o salário lhes pode achar, mas também de que a sua propriedade humana continue a ser permutável, isto é, a ter valor na carteira dos bancos e desconto nas praças do comércio”. (2000, p. 148). E na obra, Bernardo Guimarães citava essa alternativa de Álvaro, que fez uma espécie de colônia em sua fazenda para os escravos trabalharem remuneradamente. Os escravos poderiam ter um pecúlio para viver, inclusive para indenizar Álvaro pela emancipação que lhes dera, livrando-se de entregar ao ócio, ao vício e ao crime. Conquanto esse espírito humanitário, Álvaro era advertido por seu amigo Dr. Geraldo, de que o discurso dominante, as leis, as convenções sociais, os obrigava a deixar as coisas como estavam:

[...] Álvaro, a vida social está toda juncada de forças caudinas, por debaixo das quais nos é forçoso curvar-nos, sob pena de abalroarmos a frente em algum obstáculo que nos faça cair. Quem não respeita as conveniências e até os preconceitos sociais, arrisca-se a cair no descrédito ou no ridículo. (GUIMARÃES, 2005, p. 110).

Assim, as convenções sociais não permitiam que se mudasse a situação, mas Álvaro era rico, queria intervir ao menos para salvar sua amada Isaura. Miguel, o pai de Isaura, quando Leôncio se recusou a lhe vender Isaura, mesmo ele tendo a exorbitante quantia, procurou denunciar o caso às autoridades. Miguel estava no seu direito, pois o pai de Leôncio já há muito tempo havia fixado o preço de Isaura e Leôncio tinha obrigação por lei de vendê-la, já que se fazia o anúncio, justamente para que o senhor, na última hora, não mudasse o valor. Mas Leôncio infligiu a lei, mudou o preço para a exorbitante quantia de dez contos de réis, mas em um ano, Miguel conseguira tal valor e voltou à fazenda, mas mesmo assim, Leôncio se recusava a vender Isaura. Por isso, Miguel pensou em denunciar o caso às autoridades, implorando a proteção das leis em favor da filha, “mas todos a quem consultava, respondiam-lhe a uma vez: - Não se meta em tal; é tempo perdido. As autoridades nada têm que ver com o que se passa no interior da casa dos ricos”. (GUIMARÃES, 2005, p. 83).

A escravidão acabava sendo um negócio fechado, dentro das próprias casas dos ricos e o Estado nada podia fazer para intervir. Assim é que as tentativas de Miguel de denunciar o caso às autoridades se mostravam em vão, assim é que Álvaro se mostrava indignado com a instituição que maltratava sua amada Isaura, de não poder fazer nada para libertá-la. É por isso que Dr. Geraldo lhe diz, que Leôncio, na condição de dono de Isaura, tinha o “incontestável direito de reclamar e apreender a sua escrava onde quer que se acha” (GUIMARÃES, 2005, p. 108), ao que replica Álvaro:

- Infame e cruel direito é esse, meu caro Geraldo. É já um escárnio dar-se o nome de direito a uma

instituição bárbara, contra a qual protestam altamente a civilização, a moral e a religião. Porém, tolerar a sociedade que um senhor tirano e brutal, levado por motivos infames e vergonhosos, tenha o direito de torturar uma frágil e inocente criatura só porque teve a desdita de nascer escrava, é o requinte da celeradez e da abominação. (GUIMARÃES, 2005, p. 108).

Era preciso que o Estado interviesse nos lares e se fizesse uma gradual emancipação dos escravos, para que o país se livrasse da “instituição bárbara” e entrasse na civilização. Mas tal empreendimento estatal estava atrelado à defesa dos interesses dos proprietários de escravos e desde aí começava o problema, como diz Dr. Geraldo:

[...] como poderá a justiça ou o poder público devassar o interior do lar doméstico e ingerir-se no governo da casa do cidadão? Que abomináveis e hediondos mistérios, a que a escravidão dá lugar, não se passam por esses engenhos e fazendas, sem que, já não digo a justiça, mas nem mesmo os vizinhos, deles tenham conhecimento? ... Enquanto houver escravidão, hão de se dar desses exemplos. Uma instituição má produz uma infinidade de abusos, que só poderão ser extintos cortando-se o mal pela raiz. (GUIMARÃES, 2005, p. 109).

O personagem de Bernardo Guimarães tinha razão, era preciso cortar o mal pela raiz, mas como fazer isso? Como devassar o interior das casas e tornar os escravos uma preocupação pública? Dr. Geraldo explicava a Álvaro que “as leis civis, as convenções sociais, são obras do homem, imperfeitas, injustas, e muitas vezes cruéis”. (GUIMARÃES, 2005, p. 109). A justiça estava subordinada ao arbítrio senhorial, ao clientelismo e às relações de compadrio. Leôncio, como senhor escravista, tinha influência no lugar, o que fica claro quando obriga o pai de Isaura a pagar todas as despesas e prejuízos que ele tivera com a fuga de Isaura, com o que havia gastado para encontrá-la, é quando o narrador nos explica: “Como Leôncio era rico, amigo dos ministros, e tinha grande influência no lugar, as autoridades locais prestaram-se de boa mente a todas estas perseguições”. (GUIMARÃES, 2005, p. 133).

Leôncio era amigo do Ministro da Justiça, o qual lhe deu uma carta de recomendação, uma ordem para que o chefe de polícia de Pernambuco o auxiliasse no descobrimento e captura de Isaura. As “amizades” é que eram a verdadeira justiça, esta estava do lado do opressor e não do oprimido. É por isso que D. Geraldo diz a Álvaro:

A lei no escravo só vê a propriedade, e quase que prescinde nele inteiramente da natureza humana. O senhor tem direito absoluto de propriedade sobre o escravo, e só pode perdê-lo manumitindo-o ou alheando-o por qualquer maneira, ou por litígio provando-se liberdade, mas não por sevícias que cometa ou outro qualquer motivo análogo. (GUIMARÃES, 2005, p. 109).

Quanto aos escravos, a lei só os via como propriedade, não como ser humano que tinha direito à liberdade. Com a abolição feita, iniciou-se outra polêmica: como esses ex-escravos se tornariam cidadãos plenos? Iriam para as cidades, mas o que fariam para viver? Entregar-se-iam a ociosidade, ao vício e ao crime, como previa Bernardo Guimarães? Foram obrigados a ir para as cidades, ou melhor, para os extremos da cidade, formando o que entendemos hoje como favelas e periferias, alguns se entregando ao ócio, ao vício e ao crime. Nem todos os escravos libertados tiveram a sorte de Isaura, que mesmo antes da liberdade, já era culta e letrada. Isaura, por ser branca, bela e culta não merecia o cativo e com o espírito humanitário e abolicionista de Álvaro, conseguiu finalmente a liberdade. Mas nem todos os escravos encontraram um padrinho para os libertarem e nem todos eram brancos, belos e letrados para não merecerem o cativo, como implicitamente Bernardo Guimarães nos mostrou. Esses outros tiveram de esperar por uma iniciativa pública, que tardou, mas que veio, mas o que seria deles agora, era outra história.

Mesmo que não tenha atacado a fundo o sistema escravista e tenha apenas algumas passagens que evocam a abolição, *A Escrava Isaura* nos faz ver algumas situações corriqueiras do sistema escravista e ver implicitamente os preconceitos inconscientes do autor. Mesmo que tenha ressaltado a necessidade de liberdade para um ente tão excepcional como Isaura, que não merecia a condição de cativa, ao contrário dos outros escravos, a obra testemunha, com sinais bem sutis, a condenação do sistema escravista e a necessidade urgente da abolição. *A Escrava Isaura* abriu-nos algumas possibilidades de leitura do tema escravista e é isso o que importa.

Considerações finais

Pelas obras de Bernardo Guimarães, pudemos perceber o quanto é significativo o uso da Literatura como fonte. A Literatura abre possibilidades de estudo de certa temporalidade, suscita debates e levanta novas percepções da realidade. Em *Uma história de quilombolas*, fomos levados a pensar se o aquilombamento era uma prática justificada pelo autor. Em *A Escrava Isaura*, fomos levados a pensar se a escravidão era injusta apenas para uma escrava branca e culta como Isaura. A Literatura nos levanta problemáticas de pesquisa e é isso o valor da Literatura como fonte, pois não cabe ao historiador investigar o grau de fiabilidade do que está narrado em uma obra literária. O grau de coesão de uma narrativa literária é o suporte para que o historiador a utilize como fonte.

A Literatura apresenta uma verossimilhança com a realidade, e isso ficou claro a partir das obras de Bernardo Guimarães. Ao representar a temática escravista, o autor demonstrou a preocupação de inserir itens que

apresentavam correspondência com a realidade: em *Uma história de quilombolas*, vemos a religiosidade africana em meio ao catolicismo dos brancos, a devoção dos escravos a Nossa Senhora do Rosário, a linguagem africana, a descrição densa sobre a cultura quilombola e a inserção no texto de um personagem real (D. Manuel de Portugal e Castro). Em *A Escrava Isaura*, vemos o poder arbitrário de um senhor escravista, a figura do feitor cruel e a condenação ao fim da “bárbara e vergonhosa instituição” (escravidão).

As obras de Bernardo Guimarães também devem ser lidas em seu contexto de escrita e publicação. Em 1871, ano de aprovação da Lei do Ventre Livre, o autor fez com que o protagonista de *Uma história de quilombolas* fosse um mulato forro na pia, evocando algo de seu presente, quando esse papel de conceder alforria no nascimento passou a ser uma tarefa pública. Em *A Escrava Isaura*, lançada em um tempo em que tanto se debatia a abolição da escravidão, o autor nos mostrou o drama de Isaura para se livrar das artimanhas de seu algoz. Em meio ao seu drama, o autor criticava o “preconceito absurdo”, a “bárbara e vergonhosa instituição”, apontando a necessidade de “cortar o mal pela raiz”, mesmo que tenha transparecido a necessidade de apenas libertar a escrava branca, bela e culta (Isaura).

Nas duas obras Bernardo Guimarães trabalhou a temática escravista, mas ambas possuem sensíveis diferenças. Enquanto em *Uma história de quilombolas*, o autor representou a temática escravista de forma mais profunda e verossímil, empreendendo uma descrição densa sobre o modo de vida quilombola, em *A Escrava Isaura*, o tema foi representado de forma idealizada e subjetiva, não havendo nenhuma reflexão densa sobre a cultura escrava, pois o autor apenas se atenta em narrar a trajetória da escrava branca. Duas obras de um mesmo autor, sobre o mesmo tema, mas tão diferentes, e ao mesmo tempo tão instigantes. Uma representação da realidade digna de atenção pelo historiador, sendo assim, uma fonte privilegiada para reconstruir o que passou.

Referências bibliográficas

BARBOSA, Frederico; BELETTI, Sylmara. **A Escrava Isaura de Bernardo Guimarães**. Disponível em <http://fredb.sites.uol.com.br/eisaura.html>. Acesso em: 15 jan. 2008.

CASTRO, Alex. **A Escrava Isaura e a ausência ornamentada da escravidão na literatura brasileira**. Disponível em: <http://www.sobresites.com/alexcastro/artigos/Isaura.htm>. Acesso em: 04 abril 2008.

FERRETI, Sérgio F. Notas sobre o sincretismo religioso no Brasil - modelos, limitações, possibilidades. In: **Tempo 11**, vol. 6 - n. 1, julho 2001. Revista do Departamento de História da UFF, Niterói, 2001. p. 13-26.

FONSECA, Felisberto Augusto da. **Matizes e (pré) conceitos da mulata nas obras: “A Escrava Isaura” e “O Cortiço”**. Dissertação (Mestrado em Ciências da Linguagem)- Universidade do Sul de Santa Catarina. Tubarão (SC), 2006. Disponível em: busca.unisul.br/pdf/84949-Felisberto.pdf. Acesso em: 18 abril 2008.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

GOMES, Flávio dos Santos. **Histórias de quilombolas. Mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro - século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GOMES, Flávio dos Santos. Seguindo o mapa das minas: plantas e quilombos mineiros setecentistas. In: **Estudos Afro-asiáticos**, 29 de março de 1996. p. 113-142.

GUIMARÃES, Bernardo. **A Escrava Isaura**. São Paulo: Martin Claret, 2005.

GUIMARÃES, Bernardo. Uma história de quilombolas. In:_____ **Lendas e romances**. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006. p. 5-141.

GUIMARÃES, Hélio de Seixas. Introdução. Entre lendas e romances, o conto de Bernardo Guimarães. In: GUIMARÃES, Bernardo. **Lendas e romances**. 4ª ed. São Paulo, Martins Fontes: 2006. p. 09-40.

NABUCO, Joaquim. **O abolicionismo**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História & Literatura: uma *velha-nova* história. In: COSTA, C. Botelho da; MACHADO, M.C. Tomaz (orgs.). **História e Literatura, identidades e fronteiras**. Uberlândia: EDUFU, 2006. p. 12-27.

PROENÇA, Manuel Cavalcanti. Introdução. In: GUIMARÃES, Bernardo. **A Escrava Isaura**. São Paulo, Martin Claret: 2005. p. 11-14.

SLENES, Robert W. “Malungu, ngoma vem!” África coberta e descoberta do Brasil. In: **Revista USP**, n. 112, dez/jan/fev 1991-92. p. 48-67.

SOUZA, Marina de Mello e. **Reis negros no Brasil escravista. História da festa de coroação de rei congo**. Belo Horizonte: editora UFMG, 2002.

WHITE, Hayden. Teoria literária e escrita da história. In: **Revista Estudos Históricos**, n.7, Rio de Janeiro, 1994b. p. 21-48.

This document was created with Win2PDF available at <http://www.win2pdf.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.
This page will not be added after purchasing Win2PDF.